



EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 - ATUB
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

AUDITOR FISCAL DE ATIVIDADES URBANAS

**103 ATIVIDADES ECONÔMICAS
E URBANAS**

Data da prova:

Domingo, 26/2/2023

INSTRUÇÕES

- Você receberá do fiscal:
 - 1 (um) caderno de questões das provas objetiva e discursiva contendo 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - 1 (uma) folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - 1 (uma) folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Otimismo é esperar pelo melhor.

- Verifique se estão corretas a numeração das questões e a paginação do caderno de questões, bem como a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (minutos) para fazer as provas objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de questões, bem como retirar-se da sala.
- Você somente poderá retirar-se do local de aplicação das provas levando o caderno de questões quando faltar 1 (uma) hora para o final do tempo destinado à realização das provas objetiva e discursiva.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de respostas da prova objetiva, devidamente assinada, e a folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de nenhum aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS OBJETIVA E DISCURSIVA

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

Tipo "A"

Realização **iades**
Instituto Brasileiro de Administração Municipal

PROVA OBJETIVA**CONHECIMENTOS GERAIS**

Questões de 1 a 25

LÍNGUA PORTUGUESA E REDAÇÃO OFICIAL

Questões de 1 a 8

QUESTÃO 1**A importância da acessibilidade para a inclusão de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**

Será que podemos falar em inclusão e, principalmente, em igualdade, se um usuário de cadeira de rodas necessita ser carregado por um terceiro para adentrar um local para tomar uma vacina H1N1 porque o local possui escadas? E se ele precisa da ajuda de um estranho para que possa adentrar um transporte público que não está acessível? E se uma pessoa com deficiência visual necessita ser conduzida pelo braço de estranhos para caminhar pelas vias públicas ou por outros espaços públicos que se encontram em situações que impeçam a livre e segura circulação? E se as calçadas estão mal cuidadas ou com buracos?

As pessoas que necessitam do auxílio de outras para alcançar seus objetivos não vivenciam a essência do conceito de acessibilidade universal em nenhum momento. Por isso, só há que se falar em inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida se houver acessibilidade com autonomia e independência.

Disponível em: <<https://diariodainclusaosocial.com/2017/11/07/>>.
Acesso em: 29 jan. 2023, com adaptações.

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) As situações hipotéticas enfrentadas, respectivamente, pelo “usuário de cadeira de rodas” e pela “pessoa com deficiência visual” servem para ilustrar casos em que não ocorre a acessibilidade com autonomia e independência.
- (B) A inclusão das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida pode acontecer independentemente da forma como elas conseguem acessar um transporte público ou circular pelas vias públicas.
- (C) No texto, pressupõe-se que a inclusão acontece, por exemplo, quando um deficiente visual depende de outra pessoa para se locomover por uma calçada com buracos.
- (D) A falta de acessibilidade nos espaços públicos afeta mais os cadeirantes do que as pessoas com deficiência visual.
- (E) O conceito de “acessibilidade universal” abrange apenas as pessoas com deficiência.

Área livre**QUESTÃO 2****Alunos da rede pública aprendem sobre ocupação do solo e descarte de lixo**

Programa DF Legal nas Escolas promove a cidadania entre estudantes e também orienta sobre edificações ilegais, entre outros assuntos

Com cerca de 5 mil alunos já atendidos na rede pública, o programa DF Legal nas Escolas será retomado em 2023 para promover cidadania e noções de como preservar a ordem urbanística do Distrito Federal. Depois de atender alunos dos 6º e 7º anos do ensino fundamental com palestras e dinâmicas em grupo, agora a iniciativa será expandida para orientar estudantes dos 8º e 9º anos e também do ensino médio.

As aulas são ministradas por auditores e inspetores da Secretaria DF Legal, que orientam sobre temas como descarte de resíduos, ocupação irregular do solo e edificações irregulares. Uma portaria assinada no final de novembro de 2022 permitiu a retomada do programa, após um longo período de pandemia.

SECUNHO, Rafael.
Disponível em: <<https://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2022/12/20/>>.
Acesso em: 29 dez. 2022, com adaptações.

Com base nas informações do texto e nas relações entre elas, assinale a alternativa correta.

- (A) O programa DF Legal nas Escolas foi criado com o propósito de retomar as aulas nas escolas públicas.
- (B) Antes de ter sido retomado, o programa DF Legal nas Escolas já havia atendido cerca de 5 mil alunos na rede pública.
- (C) Como a expectativa é atender alunos dos 8º e 9º anos do ensino médio, o programa DF Legal nas Escolas passará a abordar os temas descarte de resíduos, ocupação irregular do solo e edificações irregulares.
- (D) A causa da suspensão do programa DF Legal nas Escolas, sugerida no trecho “após um longo período de pandemia”, é a ideia principal do texto.
- (E) Ao informar que auditores e inspetores da Secretaria DF Legal ministram as aulas, o autor pretende destacar a qualidade do trabalho desenvolvido pelo programa DF Legal nas Escolas.

Área livre

QUESTÃO 3

Operação Pronto Emprego

A Secretaria DF Legal deu início, em agosto de 2020, à Operação Pronto Emprego, com o objetivo de combater as invasões de terra e obras irregulares, ainda em fase inicial de construção. A operação busca dar resposta às denúncias dessa natureza dentro do prazo de até 72 horas, a partir do conhecimento do fato. Dessa forma, procura reduzir os impactos social, político e financeiro, inclusive para os infratores.

São removidas casas e barracos desabitados, cercamentos, bases para construção, muros, caixas d'água irregulares, cisternas, poços, entre outras edificações ilegais.

NEUBERGER, Tereza.

Disponível em: <<https://jornaldebrasil.com.br/brasil/>>.
Acesso em: 30 jan. 2023, com adaptações.

Com base nas regras de concordância prescritas pela norma-padrão e nas relações morfossintáticas do texto, assinale a alternativa correta.

- (A) A redação **Foi iniciado pela Secretaria DF Legal, em agosto de 2020, a Operação Pronto Emprego** poderia substituir o trecho “A Secretaria DF Legal deu início, em agosto de 2020, à Operação Pronto Emprego”.
- (B) O trecho “ainda em fase inicial de construção” poderia ser substituído pela redação **a qual ainda se encontra em fase inicial de construção**.
- (C) A autora deveria empregar o vocábulo bastante no plural, caso desejasse incluí-lo diante do substantivo “denúncias”.
- (D) A construção “os impactos social, político e financeiro” não poderia ser substituída pela redação **o impacto social, o político e o financeiro**.
- (E) A construção “São removidas” poderia ser substituída pela forma **Remove-se**.

QUESTÃO 4

Vigilância Sanitária encontra medicamentos descartados irregularmente no Parque Burle Marx

Mais de 1 metro cúbico de remédios descartados irregularmente, o equivalente a uma caixa d'água de mil litros. Essa quantidade foi encontrada pela Vigilância Sanitária do Distrito Federal, no dia 17 de janeiro de 2023, no Parque Burle Marx, no setor Noroeste. A informação chegou por meio de denúncia feita à Ouvidoria do Distrito Federal.

A farmácia será autuada por descarte irregular de medicamentos, inclusive remédios de uso controlado (tarja preta). Está sujeita à penalidade prevista como interdição e multa que varia entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão.

LOPES, Jurana. Disponível em: <<https://www.saude.df.gov.br/>>.
Acesso em: 29 jan. 2023, com adaptações.

Considerando as estruturas morfossintáticas que constituem o texto, assinale a alternativa correta.

- (A) O termo “Vigilância Sanitária”, empregado no título e no início do texto, exerce a função de sujeito nas duas ocorrências.

- (B) As vírgulas que antecedem, respectivamente, os termos “no Parque Burle Marx” e “no setor Noroeste” poderiam, de acordo com a norma-padrão, ser excluídas.
- (C) O termo “irregular”, como desempenha apenas uma função acessória, poderia ser excluído do texto sem comprometer a mensagem original.
- (D) A mensagem original seria alterada caso fosse empregada uma vírgula entre o termo “multa” e a oração subordinada adjetiva “que varia entre R\$ 2 mil e R\$ 1,5 milhão”.
- (E) A forma verbal “varia” é transitiva direta e tem como complemento o termo “multa”.

QUESTÃO 5

Panorama da comunicação oficial

No caso da redação oficial, quem comunica é sempre o serviço público (este/esta ou aquele/aquela Ministério, Secretaria, Departamento, Divisão, Serviço, Seção); o que se comunica é sempre algum assunto relativo às atribuições do órgão que comunica; e o destinatário dessa comunicação é o público, uma instituição privada ou outro órgão ou entidade pública, do Poder Executivo ou dos outros Poderes.

Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/centrodeestudos/assuntos/manual-de-redacao-da-presidencia-da-republica/manual-de-redacao.pdf>>.
Acesso em: 30 dez. 2022, com adaptações.

Com base nas circunstâncias em que se dá a comunicação oficial e nas normas estabelecidas pelo Manual de Redação da Presidência da República, assinale a alternativa correta.

- (A) Na comunicação oficial, que é sempre feita em nome do serviço público e sempre em atendimento aos interesses dos cidadãos, os assuntos e a linguagem devem ser tratados de forma estritamente impessoal.
- (B) No padrão ofício, as informações referentes à identificação do documento devem ser alinhadas à margem direita da página.
- (C) A forma **Atentamente** deve ser empregada como fecho em todas as modalidades de redação oficial.
- (D) De acordo com o padrão ofício, a construção **Brasília- DF, 3 de Janeiro de 2023**, desde que seguida de ponto final e alinhada à margem esquerda da página, poderia ser empregada para identificar o local e a data de um documento.
- (E) Excluídas as comunicações assinadas pelo presidente da República, as demais correspondências oficiais devem conter um espaço para a assinatura do remetente, sem que haja a necessidade de informar o cargo que ele ocupa.

Área livre

QUESTÃO 6

A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (DF), órgão integrante da administração direta do DF, foi criada pelo Decreto nº 36.236/2015, que definiu a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF. Tem atuação e competência nas seguintes áreas: projetos, execução e fiscalização das obras públicas; infraestrutura; recuperação de equipamentos públicos; e serviços públicos.

Disponível em: <<https://www.so.df.gov.br/sobre-a-secretaria/>>. Acesso em: 7 fev. 2023, com adaptações.

Assinale a alternativa correspondente ao referente semântico do pronome relativo e à função sintática que esse conector exerce no excerto apresentado.

- (A) “A Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal (DF)” – Sujeito
- (B) “órgão integrante da administração direta do DF” – Aposto
- (C) “Decreto nº 36.236/2015” – Objeto Direto
- (D) “Decreto nº 36.236/2015” – Sujeito
- (E) “a estrutura administrativa do Poder Executivo do DF” – Objeto direto

QUESTÃO 7

A ocorrência de doenças transmitidas por alimentos (DTA) vem aumentando, de modo significativo, em nível mundial. Vários são os fatores que contribuem para a emergência dessas doenças, entre os quais se destacam: o crescente aumento das populações; a existência de grupos populacionais vulneráveis ou mais expostos; o processo de urbanização desordenado; e a necessidade de produção de alimentos em grande escala. Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à qualidade dos alimentos ofertados às populações.

Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/documents/37101/66174/manual_integrado_vigilancia_doencas_alimentos>. Acesso em: 7 fev. 2023.

Assinale a alternativa em que, mesmo depois das alterações realizadas, é correto o emprego do acento grave indicativo de crase.

- (A) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à tipos de alimentos ofertados à algumas populações.
- (B) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante às características dos alimentos ofertados às nossas populações.
- (C) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à mínima qualidade dos alimentos ofertados à povos de diferentes regiões.
- (D) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à diversos modos de fabricar os alimentos ofertados às populações locais.
- (E) Contribui, ainda, o deficiente controle dos órgãos públicos e privados no tocante à uma qualidade suspeita dos alimentos ofertados à centros urbanos.

QUESTÃO 8

As modificações viárias foram propostas para reduzir os engarrafamentos nas cidades, especialmente nos eixos de circulação, apresentando soluções de transportes de massa, confortáveis, seguros e incentivo aos deslocamentos ativos (ciclismo e caminhada) como alternativa ao modal automotivo. Para isso, foi estabelecida uma rede de transporte público estruturante, consolidando as principais rotas do Distrito Federal, com a implementação de corredores segregados de ônibus (BRTs), ampliação da linha do metrô, expansão da malha cicloviária, construção/melhoria das calçadas e construção de um Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), ligando aeroporto de Brasília, W3 sul e norte e Eixo Monumental, conectado com os setores Sudoeste/Octogonal e com o Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).

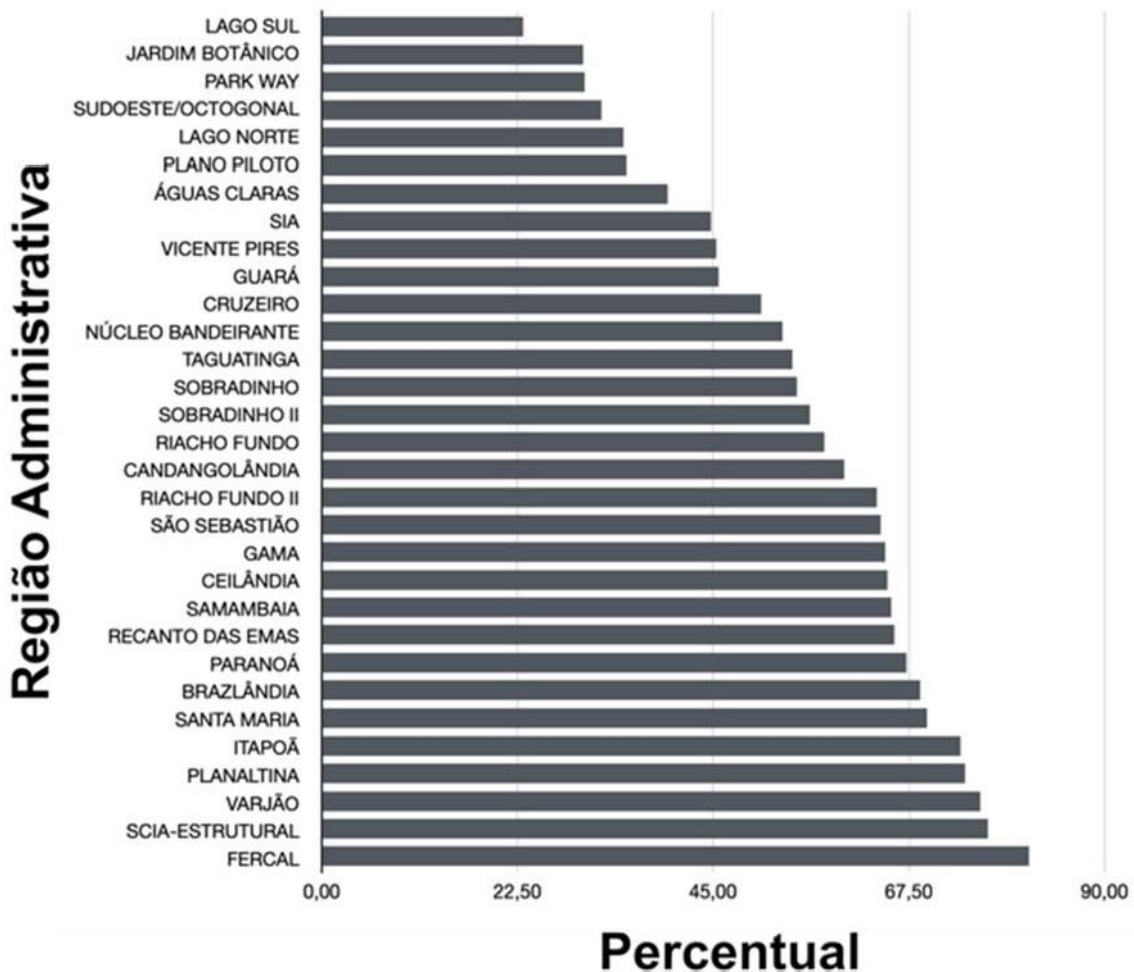
Disponível em: <<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/>>. Acesso em: 7 fev. 2023, com adaptações.

De acordo com o texto, uma rede de transporte público estruturante foi estabelecida para

- (A) atender às rotas mais relevantes do Distrito Federal e expandir as ciclovias e calçadas.
- (B) implementar corredores segregados de ônibus, ampliar a linha de metrô e aumentar o número de calçadas para pedestres.
- (C) reduzir os engarrafamentos nas cidades com alternativas ao uso de carros particulares, melhores condições dos transportes coletivos e estímulo aos deslocamentos ativos.
- (D) diminuir as distâncias entre o aeroporto de Brasília e as cidades administrativas.
- (E) construir BRTs e VLTs confortáveis para os moradores de Brasília.

Área livre

QUESTÃO 9



Codeplan (2023). Disponível em: <<https://infodf.ipe.df.gov.br/populacao-negra-por-r-a/>>. Acesso em: 9 jan. 2023.

Essa figura apresenta um gráfico da população por Região Administrativa (RA) do Distrito Federal, que se autodeclara preta ou parda.

Com base nos dados relativos às RA representadas no gráfico, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas RA centrais, como no caso da RA1-Brasília, ou Plano Piloto, esse percentual não representa a realidade.
- (B) Nas RA criadas mais recentemente, esse percentual é sempre inferior.
- (C) Nas RA consolidadas há mais de 20 anos, o percentual é baixo em função da inclusão social.
- (D) A diferença entre o menor e o maior percentual é abaixo de 10 pontos percentuais nas RA.
- (E) Nas RA com menor índice de desenvolvimento humano, predomina a população preta ou parda.

QUESTÃO 10

A Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF) é composta pelo Distrito Federal e um conjunto de municípios dos estados de Goiás e Minas Gerais. Esses entes da Federação integralizam uma área de planejamento e geração de políticas públicas comuns a eles. No que concerne a alguns aspectos da RIDE-DF, assinale a alternativa correta.

- (A) Em caso de desmembramento de algum município pertencente à RIDE-DF para constituição de um novo município, este novo fará parte da citada região de forma automática.

- (B) A RIDE-DF também pode ser considerada uma região metropolitana em razão dos critérios de diversificação de funções que ela possui e pela acumulação de capital.
- (C) A esfera autorizada para a criação do Conselho Administrativo, para coordenar as atividades a serem desenvolvidas na RIDE-DF, é o Poder Executivo municipal.
- (D) A RIDE-DF possui orçamento próprio, administrado pelo Conselho Administrativo para coordenar as atividades a serem desenvolvidas.
- (E) A esfera administrativa da RIDE-DF pressupõe obrigatoriamente a constituição de uma estrutura de governo própria, na qual a gestão da RIDE-DF é ocupada de modo rotativo em períodos bianuais.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que corresponde a uma das metas do Eixo 1 – Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) 2020 – 2023.

- (A) Aumentar o número de mulheres participando da formulação e implementação das políticas públicas por meio da representação em conselhos, fóruns e comitês.
- (B) Incluir programas que contemplem a temática de gênero na política educacional do Distrito Federal.
- (C) Implantar o Centro Especializado de Saúde da Mulher (CESMU) nas regiões de saúde do Distrito Federal.
- (D) Reduzir os índices de violência contra as mulheres e de feminicídios.
- (E) Aumentar o número de parcerias com organizações governamentais e não governamentais para o desenvolvimento de ações de promoção da igualdade de gênero e oferta de cursos para mulheres por meio da Rede Sou Mais Mulher.

QUESTÃO 12

Em relação ao II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) 2020 – 2023, assinale a alternativa correta.

- (A) O II PDPM consiste em um conjunto de propostas de políticas públicas, elaboradas por órgãos não governamentais e pela sociedade civil, para garantir a igualdade das mulheres e combater a discriminação.
- (B) As atividades dos membros do Comitê de Articulação e Monitoramento e das câmaras técnicas são consideradas serviço público relevante, não remunerado.
- (C) O Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM será integrado por um representante do Conselho dos Direitos da Mulher do Distrito Federal, obrigatoriamente entre as representações da sociedade civil, e por quatro representantes dos órgãos da Administração Pública do Distrito Federal.
- (D) O acompanhamento, a articulação, o monitoramento e a avaliação periódica quanto ao cumprimento dos objetivos, das metas e das ações definidas no II PDPM serão implementados pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM, instituído nos termos do Decreto e vinculado à Secretaria de Saúde do Distrito Federal.
- (E) O principal objetivo do Comitê de Articulação e Monitoramento do II PDPM é criar as condições necessárias para a elaboração do III PDPM, com escopo de garantir a continuidade e o aprimoramento das ações já estipuladas.

Área livre

SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES – SEI

Questões de 13 a 15

QUESTÃO 13

Na tela principal do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), denominada Controle de Processos, há o grupo de ícones a seguir.

1 2 3 4 5 6 7 8



De acordo com o Manual do Usuário do SEI, o ícone Atualizar Andamento é representado pela figura nº

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 5.
- (E) 7.

QUESTÃO 14

Com base no disposto no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações e acerca dos processos com restrições de acesso, assinale alternativa correta.

- (A) Processos sigilosos não podem ser anexados, nem relacionados a outros processos.
- (B) Nos processos sigilosos, não é possível fazer referência a quaisquer documentos.
- (C) Os processos sigilosos ficam disponíveis a todos os usuários das unidades em que o processo tramitou.
- (D) Não é possível a inclusão de processo sigilosos em blocos ou em acompanhamento especial.
- (E) Nas pesquisas disponíveis, os processos sigilosos são computados por meio do *menu* “Estatísticas”.

QUESTÃO 15

Com base no disposto no Manual do Usuário do Sistema Eletrônico de Informações, no que se refere a usuários externos, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao usuário externo não poderá ser concedida a autorização para modificação de documentos específicos no processo.
- (B) Os documentos externos disponibilizados pelo usuário externo devem estar em formato html.
- (C) Ao usuário externo poderá ser concedida a autorização para visualizar o processo, bem como as atualizações posteriores à disponibilização do acesso externo.
- (D) Documentos externos podem, além de ser inseridos em blocos, ser liberados para assinatura de usuários externos.
- (E) O usuário externo deverá, em qualquer hipótese, obter autorização para assinar documentos.

Área livre

**LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL E LEI
COMPLEMENTAR Nº 840/2011 (REGIME JURÍDICO DOS
SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL)**

Questões de 16 a 19

QUESTÃO 16 _____

De acordo com o art. 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa que indica um dos objetivos prioritários do DF.

- (A) Garantia e promoção dos direitos humanos assegurados apenas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos
- (B) Preservação dos interesses individuais
- (C) Garantia de prestação de assistência jurídica integral e gratuita mesmo àqueles que não comprovarem insuficiência de recursos
- (D) Valorização e desenvolvimento da cultura global
- (E) Zelo pelo conjunto urbanístico de Brasília

QUESTÃO 17 _____

Conforme o art. 5º da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), assinale a alternativa correspondente à modalidade por meio da qual a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos nos termos da lei.

- (A) Iniciativa popular
- (B) Orçamento participativo
- (C) Reuniões participativas
- (D) Sessão extraordinária
- (E) Sessão ordinária

QUESTÃO 18 _____

Segundo o art. 5º da Lei Complementar nº 840/2011 – Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal, assinale a alternativa que corresponde à modalidade de cargo em comissão cujo desempenho envolve atribuições da administração superior.

- (A) Livre exoneração
- (B) Chefia
- (C) Assessoramento
- (D) Direção
- (E) Livre nomeação

QUESTÃO 19 _____

De acordo com o art. 7º da Lei Complementar nº 840/2011 – Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal, assinale a alternativa que indica requisito básico para investidura em cargo público.

- (A) Nacionalidade brasileira ou estrangeira
- (B) Gozo de direitos políticos
- (C) Idade mínima de 16 anos
- (D) Ensino superior
- (E) Quitação fiscal

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questões de 20 a 22

QUESTÃO 20 _____

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa que apresenta a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras, na qual a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

- (A) Pregão
- (B) Leilão
- (C) Diálogo competitivo
- (D) Concorrência
- (E) Concurso

QUESTÃO 21 _____

No que se refere aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder disciplinar consiste na prerrogativa reconhecida à Administração Pública para investigar e punir, após o contraditório e a ampla defesa, os agentes públicos, na hipótese de infração funcional, e os demais administrados sujeitos à disciplina especial administrativa.
- (B) O poder hierárquico compreende a prerrogativa reconhecida à Administração Pública para restringir e condicionar, com fundamento na lei, o exercício de direitos com o objetivo de atender ao interesse público.
- (C) O poder normativo diz respeito à relação de subordinação administrativa entre agentes públicos, que pressupõe a distribuição e o escalonamento vertical de funções no interior da organização administrativa.
- (D) O poder de polícia consiste na prerrogativa reconhecida à Administração Pública para editar atos administrativos gerais para fiel execução das leis.
- (E) O abuso do poder pode ocorrer na modalidade desvio de poder ou de finalidade, em que a atuação do agente público extrapola a competência delimitada pela lei.

QUESTÃO 22 _____

Assinale a alternativa que indica atributos dos atos administrativos.

- (A) Autoexecutoriedade, validade e eficácia
- (B) Perfeição, validade e eficácia
- (C) Imperatividade, validade, presunção de legitimidade e de veracidade
- (D) Autoexecutoriedade, imperatividade, presunção de legitimidade e de veracidade
- (E) Perfeição, validade e imperatividade

Área livre

DIREITO CONSTITUCIONAL
Questões de 23 a 25**QUESTÃO 23**

Assinale a alternativa que apresenta o *status* jurídico da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e do seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York em 30 de março de 2007, aprovados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, conforme o procedimento estabelecido pelo parágrafo 3º do art. 5º da Constituição Federal de 1988.

- (A) Lei ordinária
- (B) Supralegalidade
- (C) Emenda constitucional
- (D) Lei complementar
- (E) Resolução

QUESTÃO 24

A competência constitucional estabelecida no art. 23, inciso I, da Constituição Federal (CF) de 1988, de zelar pela guarda da CF, das leis e das instituições democráticas e de conservar o patrimônio público é

- (A) da União.
- (B) dos estados.
- (C) dos municípios.
- (D) do Distrito Federal.
- (E) da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa que indica um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, dispostos na Constituição Federal.

- (A) Com exceção do previsto em acordo coletivo, direito à jornada de cinco horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento.
- (B) Participação nos lucros ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.
- (C) Garantia de assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até seis anos de idade em creches.
- (D) Garantia de salário para os que percebem remuneração variável, excepcionalmente inferior ao mínimo, para proteção do mercado de trabalho.
- (E) Seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, exceto quando incorrer em culpa.

Área livre

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
Questões de 26 a 60**QUESTÃO 26**

A respeito dos tributos, assinale a alternativa correta.

- (A) O tributo pode constituir sanção por ato ilícito, como nos casos de perdimento.
- (B) As espécies de tributos se dividem apenas em impostos e contribuições.
- (C) O tributo nem sempre é instituído por lei, podendo ser instituído por meio de contrato entre o particular e o ente público.
- (D) O pagamento de tributos sempre pode ser feito em imóveis.
- (E) Rendimentos provenientes de atividades criminosas podem gerar cobrança tributária.

QUESTÃO 27

No que se refere a domicílio tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) Sendo incerta ou desconhecida a residência habitual das pessoas naturais, o respectivo domicílio tributário será o centro habitual de sua atividade.
- (B) O domicílio tributário das pessoas jurídicas de direito público será apenas a sede do Poder Executivo.
- (C) A autoridade tributária sempre pode estabelecer como domicílio do contribuinte o local da ocorrência do fato gerador.
- (D) A autoridade administrativa nunca pode recusar o domicílio tributário eleito pelo contribuinte, mesmo nos casos em que a fiscalização do tributo seja impossibilitada.
- (E) O domicílio tributário das firmas individuais sempre será o local dos fatos ou atos que deram origem à obrigação tributária.

QUESTÃO 28

No que tange às garantias e aos privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) As garantias do crédito tributário estão exaustivamente previstas no Código Tributário Nacional.
- (B) Sempre é fraudulenta e ineficaz a alienação de bens por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública.
- (C) O crédito tributário sempre prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou tempo de constituição.
- (D) Na falência, a multa tributária prefere apenas aos créditos subordinados.
- (E) Em caso de pedido de recuperação judicial pelo sujeito passivo, a cobrança judicial do crédito tributário está obrigatoriamente sujeita a concurso de credores e à habilitação no juízo da recuperação.

Área livre

QUESTÃO 29

De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correspondente às normas que regem o Sistema Tributário Nacional.

- (A) Constituição Federal, leis municipais e código civil
- (B) Código de Defesa do Consumidor, leis estaduais e Constituições Estaduais
- (C) Resoluções do Senado Federal, leis complementares e leis estaduais
- (D) Medidas provisórias, leis federais e resoluções do Conselho Nacional de Contabilidade
- (E) Leis municipais, resoluções do Banco Central e resoluções da Câmara dos Deputados

QUESTÃO 30

No que se refere às obrigações tributárias, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tendo sempre por objeto apenas o pagamento de tributo.
- (B) A obrigação acessória jamais converte-se em obrigação principal, sob nenhum aspecto.
- (C) Caso seja efetuado o pagamento do tributo, é desnecessário o adimplemento de obrigações acessórias.
- (D) A obrigação acessória pode ter por objeto prestações previstas na legislação tributária no interesse da fiscalização dos tributos.
- (E) O fato gerador da obrigação acessória usualmente impõe a prática ou a abstenção de ato que também configure obrigação principal.

QUESTÃO 31

Acerca do objeto do direito tributário e da parafiscalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência tributária é indelegável, salvo apenas a atribuição das funções de arrecadar tributos.
- (B) É correto afirmar que o objeto do direito tributário abrange as três atividades que compõem o núcleo da função fiscal do Estado: instituição do tributo; cobrança do tributo; e fiscalização do pagamento do tributo.
- (C) Nunca é admitida a delegação de atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos por um ente da Federação a outro.
- (D) Uma vez delegada pela União a um Estado a atribuição da função de arrecadar determinado tributo, essa delegação somente poderá ser revogada por meio de resolução do Senado Federal e após ultrapassado o prazo mínimo de 10 anos, contados a partir do ato da delegação.
- (E) O direito tributário tem por objeto a atividade financeira do Estado no que se refere a créditos públicos.

QUESTÃO 32

A respeito das limitações ao poder de tributar e dos princípios constitucionais tributários, assinale a alternativa correta.

- (A) As limitações ao poder de tributar e as garantias asseguradas ao contribuinte estão exaustivamente previstas na Constituição Federal.
- (B) É vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
- (C) A previsão de determinado tributo na Constituição Federal, apontando seu fato gerador, é suficiente para que este seja exigido.
- (D) É vedado apenas à União instituir impostos sobre livros e o papel destinado à sua impressão.
- (E) As vedações relativas à imunidade recíproca nunca se estendem ao patrimônio das autarquias e fundações mantidas pelo poder público.

QUESTÃO 33

Quanto aos impostos da União, assinale a alternativa correta.

- (A) O imposto sobre a propriedade territorial rural poderá ser fiscalizado e cobrado pelos municípios que assim optarem, na forma da lei, desde que não implique redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.
- (B) O imposto sobre produtos industrializados incidirá sobre produtos industrializados destinados ao exterior.
- (C) A União poderá instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal.
- (D) O imposto sobre grandes fortunas pode ser instituído pela União, podendo ser inteiramente regulado nos termos de lei ordinária.
- (E) O imposto sobre propriedade territorial rural nunca incidirá sobre pequenas glebas rurais.

QUESTÃO 34

No que concerne aos impostos dos estados e do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores incide sobre embarcações de passeio.
- (B) O imposto sobre transmissão causa *mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao estado onde tiver domicílio o beneficiário da doação.
- (C) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior.
- (D) O imposto sobre transmissão causa *mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- (E) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação não poderá incidir sobre operações relativas a derivados de petróleo, combustíveis e minerais do País.

QUESTÃO 35

Assinale a alternativa correspondente a uma situação que representa um fato gerador de tributo de competência dos estados e do Distrito Federal.

- (A) Realizar transmissão “inter vivos”, por ato oneroso, de bens imóveis.
- (B) Ser proprietário de aeronave.
- (C) Prestar onerosamente serviços de comunicação.
- (D) Importar produtos estrangeiros.
- (E) Realizar operações relativas a títulos ou valores mobiliários.

QUESTÃO 36

O imposto que tem por característica a não cumulatividade é o imposto sobre

- (A) propriedade de veículos automotores.
- (B) a propriedade predial e territorial urbana.
- (C) serviços de qualquer natureza.
- (D) exportação de produtos nacionais ou nacionalizados.
- (E) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

QUESTÃO 37

No que se refere à obrigação tributária, aos sujeitos da relação tributária e à responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) O sujeito ativo da obrigação tributária, no caso da retenção do imposto de renda pela empresa sobre os salários de seus empregados, é a empresa.
- (B) As convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos sempre podem ser opostas à Fazenda Pública.
- (C) O sujeito passivo da obrigação principal sempre será apenas o contribuinte.
- (D) A capacidade tributária passiva pressupõe a capacidade civil das pessoas naturais.
- (E) Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Área livre

QUESTÃO 38

A respeito da obrigação tributária, dos sujeitos da relação tributária e da responsabilidade tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) As pessoas imunes podem ser sujeito passivo da obrigação tributária acessória.
- (B) A responsabilidade tributária da pessoa que adquirir o fundo de comércio e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, é sempre integral.
- (C) A responsabilidade tributária por substituição não exige vinculação do responsável tributário com o fato gerador.
- (D) Os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado sempre são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados na sua gestão.
- (E) O inventariante jamais responde pelos tributos devidos pelo espólio.

QUESTÃO 39

A empresa X pretende iniciar as próprias atividades empresariais no Distrito Federal (DF) e, para isso, deu início aos estudos acerca da viabilidade de localização e do funcionamento de atividades econômicas em certo estabelecimento empresarial físico. Considerando essas informações, de acordo com a Lei Distrital nº 5.547 e o Decreto Distrital nº 36.948, assinale a alternativa correta.

- (A) Compete aos administradores regionais da circunscrição do imóvel e ao governador do DF a análise, o deferimento das solicitações de viabilidade de localização e todos os atos necessários à expedição da autorização de funcionamento de atividades econômicas.
- (B) A viabilidade de localização e todos os atos necessários à expedição da autorização de funcionamento de atividades econômicas previstas na Lei nº 5.547/2015 serão realizados no DF, por meio de processo administrativo a ser gerenciado pelo governador.
- (C) Os pedidos de autorização de atividades econômicas serão realizados por meio de processos que, por força de lei, terão sua tramitação no âmbito das entidades e dos órgãos da administração pública do DF de maneira prioritária.
- (D) A viabilidade de localização pode ser concedida para atividades econômicas e auxiliares que pretendam ser exercidas em áreas de risco e em áreas especialmente protegidas pela legislação ambiental, se houver interesse do Poder Executivo e com anuência dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- (E) A análise da viabilidade de localização é gratuita e, para sua solicitação, são exigidos documentos ou comprovações por parte do interessado, inclusive os documentos de propriedade ou contrato de locação permitindo o uso do imóvel para os fins descritos nos documentos de abertura ou alteração da empresa.

QUESTÃO 40

No imóvel Z, há duas atividades econômicas distintas em desenvolvimento, uma delas autuada e a outra processada. Após o devido processo legal, ocorreu a penalidade de interdição. No que tange às penalidades, com base na Lei Distrital nº 5.547 e no Decreto Distrital nº 36.948, assinale a alternativa correta.

- (A) A interdição do estabelecimento acarretará a apreensão de mercadorias ou equipamentos provenientes de instalação e funcionamento de estabelecimento ou atividade econômica irregular.
- (B) A interdição de uma atividade acarretará a interdição das demais situadas no mesmo estabelecimento, tendo em vista a vinculação das regras legais impostas.
- (C) A interdição do estabelecimento ocasionará o pagamento de multa, eximindo o infrator da obrigação de reparar os danos resultantes da infração.
- (D) Caso ocorra reincidência nas condutas, o período de interdição será dobrado.
- (E) A interdição das atividades econômicas e auxiliares será formalizada mediante auto de interdição, emitida pelo órgão fiscalizador competente ou pelo governador do Distrito Federal.

QUESTÃO 41

Suponha que uma pessoa resolveu constituir uma sociedade limitada unipessoal para o exercício de atividades empresariais e pretende utilizar espaços públicos. Em relação à cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do Distrito Federal, prevista no Decreto Distrital nº 17.079/1995, assinale a alternativa correta.

- (A) Na ancoragem do preço público, os administradores regionais indicarão a fonte de consulta utilizada para definição do coeficiente arbitrado.
- (B) No caso dos permissionários, as despesas a serem rateadas relativas à utilização das áreas de uso comum corresponderão, no terminal rodoviário, a 30% e, no terminal rodoferroviário, a 3,15% do total apurado.
- (C) O usuário dos espaços públicos ficará desobrigado de pagar as despesas com energia elétrica, água, limpeza ou outras, postas à sua disposição no logradouro público.
- (D) O pagamento em atraso do preço determinado acarretará cumulativamente o pagamento de juros de mora e multa, além da variação da UPDF no período vigente.
- (E) O órgão ou a entidade da administração pública direta e indireta ou ainda o usuário que estiver em parceria com órgão governamental na realização de eventos de caráter social, sem fins lucrativos e de conveniência comunitária deverá ser dispensado do pagamento do preço público.

Área livre

QUESTÃO 42

Acerca da Lei nº 4.257/2008, que estabelece normas para utilização de áreas públicas por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas, assinale a alternativa correta.

- (A) A instalação dos quiosques e dos *trailers* deve obedecer ao projeto-padrão de arquitetura que será elaborado e aprovado pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo.
- (B) A autorização para o funcionamento de unidade ou ponto de venda classificado como similar a quiosque e a *trailer* somente será concedida a pessoa que a explore na condição de autônomo, vedada a outorga de mais de uma autorização ao mesmo beneficiário.
- (C) O Distrito Federal pode, por meio de programas de incentivo, financiar aos permissionários a construção do quiosque, desde que atenda ao projeto-padrão estabelecido pelo Poder Executivo, ou a aquisição do *trailer*.
- (D) O contratante permissionário que celebrou o contrato de parceria com o intuito de construção do quiosque deverá ter prazo superior ao de sua concessão de uso, desde que devidamente celebrado no contrato.
- (E) Em caso de morte do permissionário, invalidez permanente ou doença que determine a incapacidade para gerir os próprios atos, o Termo de Permissão de Uso e o Termo de Permissão de Uso Não Qualificada acarretarão a extinção da permissão.

QUESTÃO 43

A respeito dos procedimentos licitatórios e das obrigações dos permissionários, previstos na Lei nº 4.257/2008, assinale a alternativa correta.

- (A) A instalação do *trailer* ou do quiosque é de inteira responsabilidade do permissionário, às suas expensas, com direito a indenização do poder público.
- (B) O preço mínimo da área pública destinada para locação do quiosque e do *trailer* no certame licitatório será estimado considerando o imóvel, as atividades econômicas a serem desenvolvidas e as características do Distrito Federal.
- (C) O empresário ou o sócio de sociedade empresária ou de sociedade simples, titulares de *trailers*, estão proibidos de participar do processo licitatório referente ao uso de espaços urbanos para o exercício de *trailer*.
- (D) A atividade econômica no quiosque ou no *trailer* é permitida a partir do registro na junta comercial mesmo antes da emissão do respectivo Alvará de Localização e Funcionamento.
- (E) O permissionário tem a obrigação de exercer as atividades somente em dias, horários e local permitidos, sendo possível àqueles que exerçam atividades que necessitam de deslocamento o atendimento externo, em caso de emergência.

Área livre

QUESTÃO 44

A Lei Distrital nº 4.257/2008 estabelece critérios de utilização de áreas públicas do Distrito Federal por mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer* para o exercício de atividades econômicas e dá outras providências. Em conformidade com esse dispositivo legal, assinale a alternativa correta.

- (A) O estabelecimento similar a quiosque e *trailer* pode ser carrinhos de sucos e lanches rápidos, estufas, churrasqueiras a carvão vegetal e a gás para o preparo de assados em geral, desde que sejam totalmente retirados após o horário autorizado para o funcionamento.
- (B) A área de consumo é conceituada como área do quiosque e *trailer* adjacente ao balcão de atendimento, composta por banquetas, mesas, cadeiras, destinada ao atendimento da clientela.
- (C) O quiosque é uma pequena construção edificada em área pública, destinada ao exercício de atividade econômica em qualquer Região Administrativa.
- (D) O quiosque é composto de objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem, complementares às funções urbanas, cujas dimensões e materiais são compatíveis com a possibilidade de remoção, implantado em espaços públicos, devendo ser fixo.
- (E) O Conjunto Urbanístico de Brasília é o documento resultante do procedimento que definirá os espaços destinados à instalação dos mobiliários urbanos do tipo quiosque e *trailer*.

QUESTÃO 45

Um microempreendedor individual pretende realizar sua atividade econômica de venda de bens dentro do transporte público do Distrito Federal. Com base na Lei Distrital nº 6.190/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera empresário o sujeito que exercer a atividade de forma ambulante em condições que vincula a existência de vínculo trabalhista com o fornecedor da mercadoria comercializada.
- (B) Tendo em vista que o microempreendedor individual exerce a atividade na forma de ambulante e é optante pelo Simples Nacional, está obrigado à emissão de nota fiscal em caso de venda de mercadorias para pessoa natural, se solicitado.
- (C) O microempreendedor individual que realiza a atividade na forma de ambulante e que for optante pelo Simples Nacional fica isento de qualquer cobrança em relação à utilização do espaço urbano, feita pela Coordenadoria das Cidades ou pelo governador do Distrito Federal.
- (D) O Poder Executivo deve, por intermédio da Secretaria das Cidades, emitir parecer quanto ao seu pedido no prazo máximo de 30 dias acerca da autorização a ser concedida ao comerciante ambulante que, em regra, é pessoal, intransferível e concedida a título provisório.
- (E) A concessão de licenças especiais para exploração do espaço público por ambulantes em datas comemorativas específicas deverá ser emitida de maneira definitiva pelo administrador da Região Administrativa.

QUESTÃO 46

Um microempreendedor pretende realizar sua atividade econômica de prestação de serviços ambulantes em vias, estacionamentos e logradouros públicos do Distrito Federal. Com base no Decreto Distrital nº 39.769/2019, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a legislação citada, caso o microempreendedor exerça a atividade empresarial transportando consigo os equipamentos mediante deslocamento instantâneo, dentro das áreas e dos locais autorizados pelo órgão competente, será considerado empresário individual com ponto físico, tendo em vista que seu estabelecimento poderá ser sua residência.
- (B) O microempreendedor, que é ambulante, pode requerer na Administração Regional a mudança dos produtos comercializados ou do local de atuação. A decisão relacionada à mudança deve ser proferida no prazo de até 30 dias, observado o interesse público, a disponibilidade e as áreas públicas destinadas aos ambulantes pela administração.
- (C) Compete às administrações regionais revogar e cassar licenças e alvarás provisórios de funcionamento para esse microempreendedor, que é um ambulante.
- (D) Compete à Secretaria Executiva das Cidades conceder e renovar licenças e alvarás provisórios de funcionamento para o microempreendedor, que é um ambulante.
- (E) A Secretaria Executiva das Cidades, mediante supervisão das administrações regionais, deve definir o preço público cobrado do microempreendedor, que é ambulante, pelo uso do espaço, e as despesas administrativas de acordo com o local, a forma, a atividade, o valor do metro quadrado, das características de suas regiões e dos custos administrativos, por meio de portaria.

QUESTÃO 47

Uma empresa quer organizar eventos no Distrito Federal e, para tanto, busca na legislação as normas obrigatórias a serem observadas para que o evento ocorra. Com base na Lei Distrital nº 5.281/2013 e no Decreto Distrital nº 35.816/2014, assinale a alternativa correta.

- (A) Antes do início do evento classificado como médio, grande ou especial, o local e as respectivas instalações devem ser vistoriados pelos órgãos ou entidades de fiscalização, segurança e prevenção contra incêndio e pânico.
- (B) O licenciamento para a ocorrência de evento particular é concedido por meio de licença do poder público e prescinde de reflexos no sistema viário.
- (C) As produções audiovisuais de qualquer formato, públicas e privadas, se reguladas pelos ordenamentos jurídicos da Política de Estímulo a Filmagens do Distrito Federal, serão consideradas como evento.
- (D) A licença para eventos é expedida pela Secretaria Executiva das Cidades, mediante requerimento apresentado pelo promotor, organizador ou responsável, com pelo menos 30 dias de antecedência.
- (E) Para a renovação da licença para eventos, o interessado deve rerepresentar os documentos exigidos para a expedição da primeira licença à Administração Regional ou à Secretaria de Estado de Segurança Pública, observado o prazo de validade.

QUESTÃO 48

Segundo a Lei Distrital nº 3.035/2002, que dispõe acerca do Plano Diretor de Publicidade das Regiões Administrativas do Plano Piloto – RA I, do Cruzeiro – RA XI, de Candangolândia – RA XVIII, do Lago Sul – RA XVI e do Lago Norte – RA XVII, assinale a alternativa correta.

- (A) Os meios de propaganda intitulados como placas de identificação dos profissionais da obra instaladas no canteiro de obras dependem de autorização do poder público para serem fixadas.
- (B) O licenciamento para a instalação dos meios de propaganda na edificação ou no interior do lote tem o prazo de validade de 30 dias.
- (C) Os meios de propaganda localizados no interior das edificações ficam dispensados de licenciamento, quando não visíveis de logradouro público.
- (D) A exploração dos meios de propaganda, em qualquer bem privado ou público, que forem visíveis de logradouros públicos independem de licenciamento da Secretaria Executiva das Cidades.
- (E) O licenciamento para instalação de meio de propaganda em área pública poderá ser cassado, a qualquer tempo, mediante decisão fundamentada, por ato da autoridade concedente, atendendo a relevante interesse público, com base na legislação vigente, ouvidos os órgãos técnicos competentes.

QUESTÃO 49

De acordo com a Lei nº 3.035/2002, assinale a alternativa correta.

- (A) Para os meios de propaganda, objeto da Lei nº 3.035/2002, instalados em área pública e privada, será cobrado cumulativamente o preço por interferência visual e o preço por ocupação de área pública.
- (B) O licenciamento será cancelado em casos nos quais tenha ocorrido falsidade de declarações apresentadas ao órgão responsável pelo licenciamento.
- (C) A multa será aplicada pelo responsável pela fiscalização por meio de notificação, na qual constará o prazo de, no máximo, 30 dias para a correção da infração ou para o pagamento, que poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado.
- (D) A advertência será aplicada, mediante auto de infração emitido pelo responsável pela fiscalização, caso tenha ocorrido falsidade de declarações apresentadas ao órgão responsável pelo licenciamento.
- (E) Em caso de danos causados pela instalação de meio de propaganda em logradouros e (ou) bens públicos, a reparação deverá ser executada pelo responsável pela colocação do referido meio, conforme os padrões estabelecidos pelo poder público.

Área livre

QUESTÃO 50

Com base no Decreto Distrital nº 29.413/2008, que regulamenta a Lei Distrital nº 3.036/2002, e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) A iluminação do tipo intermitente voltada para as áreas de uso residencial é permitida, se existir autorização da Secretaria Executiva das Cidades.
- (B) A projeção horizontal do meio de propaganda pode avançar sobre a pista de rolamento.
- (C) É permitida a utilização de estrutura de madeira nos meios de propaganda fixos no solo.
- (D) Nas edificações em lotes de uso residencial coletivo, a instalação de meio de propaganda é restrita à identificação do edifício e à veiculação da sinalização oficial.
- (E) Quando fixado na marquise, a arista superior do meio de propaganda poderá extrapolar o limite superior desta, respeitando uma altura livre de dois metros e meio em relação ao solo.

QUESTÃO 51

Assinale a alternativa correta referente a aprovação e ao licenciamento previsto no Decreto nº 29.413/2008.

- (A) Em caso de alteração da legislação, se o meio de propaganda aprovado estiver licenciado, a aprovação caducará.
- (B) No caso das edificações em regime de condomínio, a licença é dada em nome dos proprietários do condomínio.
- (C) O projeto do meio de propaganda deve ser apresentado em três cópias física e eletrônicas legíveis, sem rasuras ou emendas e contendo quando estiver instalado fixo na edificação, a elevação principal do meio de propaganda e da edificação, bem como as cotas verticais e horizontais.
- (D) É obrigatória a permanência de placa indicativa do número e da validade do licenciamento no meio de propaganda, inclusive nas faixas, em frente ao empreendimento autorizado para funcionamento.
- (E) Qualquer alteração quanto à forma ou ao local de fixação, forma de iluminação ou porte do meio de propaganda afixado na edificação ou no interior do lote é considerada como modificação de projeto, o qual deve ser objeto de nova aprovação, ainda que o conteúdo da propaganda não seja alterado.

Área livre

QUESTÃO 52

Em conformidade com a legislação de regência que disciplina a decadência no Código Tributário do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo de decadência é de cinco anos, com contagem a partir do dia da ciência do contribuinte em relação à existência do fato gerador.
- (B) Está relacionada com a constituição do crédito tributário, ou seja, é a perda do direito do sujeito ativo do crédito tributário de lançar o crédito.
- (C) Tem o prazo interrompido com despacho do juiz que ordenar a citação em eventual execução fiscal.
- (D) O pedido de parcelamento do crédito tributário interrompe o prazo decadencial.
- (E) A notificação do auto de infração não faz cessar a contagem da decadência para constituição do crédito tributário.

QUESTÃO 53

De acordo com o Código Tributário do Distrito Federal e sua aplicação pelas autoridades administrativas, no que se refere à prescrição em matéria tributária, assinale a alternativa correta.

- (A) A Administração Pública poderá, por meio de protesto judicial, interromper a prescrição da cobrança de um crédito tributário.
- (B) A prescrição pelo decurso do prazo de 10 anos extingue o direito do Distrito Federal de propor a ação de cobrança do crédito tributário.
- (C) O protesto judicial não tem interferência na contagem do prazo prescricional.
- (D) Para efeitos fiscais, as pessoas jurídicas devem manter guardados os livros contábeis por até dois anos após o prazo de prescrição dos respectivos créditos tributários.
- (E) O prazo prescricional é de cinco anos, contado a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele no qual o lançamento poderia ter sido efetuado.

QUESTÃO 54

Quanto ao princípio da legalidade, assinale a alternativa correta com base no Código Tributário do Distrito Federal.

- (A) A observância do princípio da legalidade pressupõe que a atribuição de obrigação tributária a terceiro demanda a edição de decreto.
- (B) A legislação tributária do DF é retroativa como regra, salvo se para prejudicar o contribuinte.
- (C) A legislação tributária no Distrito Federal (DF) aplica-se a fatos pretéritos sempre que seja interpretativa.
- (D) O governador do DF poderá editar medida provisória para instituir ou majorar impostos com efeitos retroativos.
- (E) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos em lei complementar.

QUESTÃO 55

Com relação ao lançamento de auto de infração e apreensão no processo administrativo do Distrito Federal (DF), assinale a alternativa que apresenta requisitos necessários para cada um dos instrumentos de lançamentos.

- (A) Denominação, número de inscrição no Cadastro Fiscal do Distrito Federal (CF/DF), no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do governo do DF e endereço do autuado.
- (B) Local, data e hora de sua lavratura, independentemente da descrição do fato.
- (C) Valor do crédito tributário e intimação para recolher ou apresentar impugnação no prazo de 15 dias.
- (D) Nome e assinatura do autuante, indicação de seu cargo ou sua função e número da matrícula.
- (E) Discriminação dos motivos que determinaram a apreensão, sem a necessidade inicial do fundamento legal.

QUESTÃO 56

Acerca da retenção e liberação de bens e mercadorias no processo administrativo do Distrito Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Serão liberados equipamentos relativos ao registro de operações com mercadorias ou de prestação de serviços que se apresentem em condições de atender às formalidades previstas na legislação específica do equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF).
- (B) A critério da autoridade competente, poderá ser nomeado fiel depositário, na forma da lei civil, das mercadorias e dos bens apreendidos.
- (C) Não há cobranças do sujeito passivo pelas mercadorias ou pelos bens apreendidos ou retidos em depósito da Secretaria de Estado de Fazenda, relativas às despesas de retenção ou apreensão.
- (D) As mercadorias e os bens retidos ou apreendidos não serão liberados após a lavratura do competente auto de infração e apreensão se estiver pendente o pagamento do imposto e das multas devidos.
- (E) Quando houver indícios de infração, as mercadorias ou os bens poderão ser retidos até que seja concluído o correspondente procedimento de fiscalização, sem necessidade de intimação do responsável.

Área livre

QUESTÃO 57

A partir de 2011, houve inovação no Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal (TARF/DF) em relação à edição de súmulas. Com base nisso, assinale a alternativa correspondente à diretriz que destoa do Código Tributário Nacional (CTN) e, portanto, foi revogada pela Súmula 07/2018.

- (A) Alterar informação anterior de doação para empréstimo, mediante a mera apresentação de declaração retificadora do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) desacompanhada de provas inequívocas, não descaracteriza a ocorrência do fato gerador do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD) nem possui força para anular o lançamento tributário.
- (B) A isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos (IPVA) está condicionada à inexistência de débitos inscritos em dívida ativa até a data de aquisição do veículo.
- (C) Estão obrigadas ao uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) as sociedades empresárias, ou a elas equiparadas, que exercem atividade de venda ou revenda de mercadorias ou bens a varejo e de prestação de serviços, ressalvadas os casos em que há dispensa pela legislação tributária.
- (D) Cabe a exigência do pagamento antecipado do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), nos termos do art. 320 do Decreto nº 18.955/1997, nas operações com produtos de origem animal iniciadas fora da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) ou cujo abate ocorreu fora do território do DF, não sendo aplicável, nesses casos, o regime especial previsto nos arts. 320-D e 320-E do referido decreto.
- (E) Na hipótese de lançamento de ofício, a regra relativa à contagem do prazo de decadência é a disposta no art. 173, inciso I, do CTN, ou seja, primeiro dia do exercício seguinte ao do que o lançamento poderia ter ocorrido, independentemente de ter havido pagamento parcial anterior do imposto.

QUESTÃO 58

No âmbito do processo administrativo fiscal do Distrito Federal, a intimação é realizada

- (A) pelo servidor competente do Judiciário.
- (B) por meio do Domicílio Fiscal Eletrônico (DF-e).
- (C) por meio de publicação no Diário Oficial da União (DOU).
- (D) pela ida do contribuinte aos Correios.
- (E) por meio de publicação no site da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Área livre

QUESTÃO 59

No que se refere ao processo administrativo fiscal, em relação ao processo de consulta, aquele que tiver interesse poderá formular consulta quanto à interpretação e aplicação da legislação tributária estadual. Considerando o exposto a respeito do processo de consulta, assinale a alternativa correta.

- (A) A consulta deverá conter declaração de que a matéria consultada não versa acerca de objeto de decisão anterior, proferida em processo contencioso ou não, em que tenha sido parte o consulente.
- (B) A consulta poderá referir-se a mais de uma matéria, com a admissão de cumulação de questões conexas.
- (C) Será considerada eficaz a consulta relacionada ao fato definido ou declarado em disposição literal de legislação.
- (D) Será admitida consulta que verse acerca de assuntos alheios à atividade desenvolvida pelo consulente.
- (E) A decisão em processo de consulta será publicada no Diário Oficial da União e terá eficácia normativa após seu trânsito em julgado.

QUESTÃO 60

No que concerne ao processo administrativo fiscal, com base na Lei Distrital nº 4.567/2011 e em decretos regulamentares, assinale a alternativa correta.

- (A) O crédito tributário decorrente de auto de infração será considerado contencioso a partir do esgotamento do prazo para pagamento ou impugnação sem que nenhum desses dois eventos tenha ocorrido.
- (B) O processo administrativo fiscal deve ser submetido à rigidez formal, assim como é exigido nos processos judiciais.
- (C) A competência para o julgamento administrativo do processo sujeito à jurisdição contenciosa, em primeira instância, é passível de delegação.
- (D) Ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Distrito Federal compete conhecer e julgar os recursos em processos de jurisdição voluntária, inclusive nos processos de consulta.
- (E) Os bens encontrados em situação irregular e apreendidos pela autoridade tributária somente devem ser liberados após o pagamento do imposto incidente e das multas devidas.

Área livre

O R I E N T A Ç Õ E S

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora, no espaço destinado à transcrição de texto definitivo, acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de questões, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada com o número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

P R O V A D I S C U R S I V A

Leia, com atenção, o texto a seguir.

O direito tributário é “o direito que disciplina o processo de retirada compulsória, pelo Estado, da parcela de riquezas de seus súditos, mediante a observância dos princípios reveladores do Estado de Direito. É a disciplina jurídica que estuda as relações entre o fisco e o contribuinte.”

HARADA, Kiyoshi. *Direito Financeiro e Tributário*. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2018, p. 303, com adaptações.

Para disciplinar essa relação entre fisco e contribuinte, há regras a serem observadas quanto à imposição, arrecadação e fiscalização tributárias, que estabelecem diversos deveres aos contribuintes e ao Estado no interesse da obtenção de recursos para a realização de políticas públicas por meio das diversas espécies tributárias. Tais regras estabelecem quem são os sujeitos das determinações legais e em quais situações elas devem ser aplicadas.

Considerando que o texto e as informações apresentadas têm caráter meramente motivador, e com base nesse regramento, redija um texto dissertativo e (ou) descritivo, abordando, necessariamente, os seguintes tópicos:

- a) conceito de tributo;
- b) enumeração das espécies tributárias previstas no Código Tributário Nacional, indicando suas características;
- c) diferenciação entre obrigação tributária principal e obrigação tributária acessória;
- d) consequências do descumprimento da obrigação tributária acessória; e
- e) fato gerador nas obrigações tributárias principal e acessória.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	